

Vinte anos da Lei Maria da Penha, aliada das mulheres

Legislação mudou forma como País encara violência de gênero

**SILÊNCIO APRISIONA
INFORMAÇÃO LIBERTA
DENUNCIE**

**LIGUE
190**

Bruno Morais

bruno.morais@gruposinos.com.br

Há 20 anos, a legislação brasileira passou a prever punições específicas no contexto de violência doméstica. Somente após uma vítima de tentativas de homicídio buscar ajuda internacional que a Lei 11.340 foi instituída: a Lei Maria da Penha.

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica do Ceará e em sua trajetória sofreu um tiro pelas costas e uma tentativa de feminicídio via descarga elétrica durante um banho, pelo então companheiro Marco Antônio Viveiros. Ela buscou justiça, mas não a obteve. Mesmo duas vezes condenado, Marco vivia solto e a sensação de insegurança e impunidade motivou Maria a apelar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Legislação

Em 2001, a comissão responsabilizou o Estado brasileiro por omissão e negligência. A partir desta movimentação,

em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, determinante para “avanços legais” na temática. A lei, além de definir violência doméstica contra a mulher como crime, determina medidas protetivas de urgência e proíbe penalidades leves aos agressores, como distribuição de cestas básicas. Apesar disso, a existência do instrumento Legislativo não garante a segurança das mulheres e muito menos a inexistência de crimes desse porte.

“Temos muitos avanços (desde a implementação da Maria da Penha), temos que comemorá-los, mas infelizmente eles continuam insuficientes para mudar o que tem que ser mudado, que é a mentalidade da população”, afirma a juíza da 4ª vara do Júri de Porto Alegre - Feminicídios, Cristiane Zardo.

Conforme a magistrada, educar meninos e meninas ainda em fase escolar é um dos caminhos a ser seguido para fazer com que a lei, que baliza o tema e prevê sanções aos infratores, incrimine cada vez mais um número menor de pessoas.



ANETE LUSINA/PEXELS

Apesar do avanço, violência doméstica segue sendo uma chaga

+ Metade das mulheres admite ter sofrido violência

Mesmo que o Estado tenha estabelecido a lei para os casos de violência doméstica, os números ainda preocupam. Dentro de um grupo selecionado, metade das mulheres que já se relacionam com homens alega ter sofrido algum tipo de violência, enquanto apenas 11% dos homens admitem ter cometido alguma violência. Os números provêm da pesquisa “20 anos da Lei Maria da Penha: percepção da sociedade brasileira”, desenvolvida em alusão aos 20 anos da lei, pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva.

No material, se extrai uma base por que mesmo

com tantos casos as denúncias não são tão frequentes. Os números mostram que 56% das entrevistadas veem como maior dificuldade para a denúncia a sensação de impunidade, além de 39% que justificam a inércia pelo registro frente à lentidão da Justiça nestes processos.

No documento, também está retratada a ampla notoriedade que a lei já alcançou, com nove a cada dez mulheres cientes de sua existência, mas ainda o lamento compartilhado por 82% delas, convictas de que somente a esta legislação não suporta enfrentar o problema com efetividade.

Novos instrumentos adotados

Novas medidas seguem em criação para ampliar a proteção às mulheres, além de oferecer maior apoio a elas. Ainda em julho, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou duas novas leis ligadas à pauta: a do Pix Pensão e a maior divulgação do Ligue 180.

Na primeira, está prevista a transferência automática da conta do devedor ao credor via Pix, garantindo o pagamento deste compromisso quando o desconto em folha não for possível. Na segunda traz a necessidade de

proliferar ainda mais o Ligue 180 pelos meios de comunicação de massa em locais públicos e privados onde haja grande circulação de pessoas. O telefone atua como um canal oficial de denúncia de violência doméstica às mulheres e registrou mais de um milhão de atendimentos, aumento de 45% ao ano anterior, além de 155 mil denúncias, o equivalente a 425 casos por dia, conforme o levantamento publicado pelo Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Locomotiva, com números de 2025.

+ Educação de meninos e meninas é o caminho

“Estamos na contramão do resto do país neste momento.” Essa frase foi dita pela juíza da 4ª vara do Júri de Porto Alegre - Feminicídios, Cristiane Zardo, e infelizmente não carrega uma conotação positiva. O Brasil apresenta números altíssimos em relação à morte de mulheres, mas em cenário decrescente. No Rio Grande do Sul, a situação é discrepante.

A situação gaúcha é calamitosa e o pedido de quem vive diariamente a pauta é por mais educação. “A educação é ponto um. Nós temos que educar os meninos desde cedo

para aprenderem que é errado, não só agredir, mas tratá-las como se fossem menos, e as meninas para que não aceitem serem tratadas assim, não entrem nesse ciclo”, reforça a magistrada, uma das cinco

componentes da mesa-redonda promovida pela Universidade Feevale em sua aula magna na quarta-feira (5).

O encontro trouxe reflexões, perspectivas diferentes e um

recado direto às centenas de espectadores presentes na atividade, entre alunos, professores e membros da comunidade em geral: a mudança urge e envolve a todos.



Cristiane Zardo

BRUNO MORAIS/GES-ESPECIAL



Aula magna na Feevale abordou o feminicídio no Estado

Saúde mental exige esforços

Além da mudança de mentalidade desde os primeiros anos de vida, os cuidados com a parte psicológica são considerados fundamentais para combater as agressões em suas diferentes formas ao público feminino. “Também é muito necessário investir em saúde mental. O tratamento, tanto para os problemas de alcoolismo e drogadição, que muitos agressores têm, como outros diversos desvios deles e fragilidades delas. Investir em saúde mental é necessário, como também assistência social, já que muitas mulheres permanecem nestes ciclos em razão de dependência econômica e precisam de apoio”, declara a juíza Cristiane.

Monitoramento de agressores

Com o aumento no número de casos ligados à violência doméstica, naturalmente, a aplicação de penas e até o acompanhamento destes criminosos também cresce. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSSP) do Rio Grande do Sul, o Estado tem, atualmente, 1.463 agressores e 1.475 vítimas monitorados, quase mil pessoas vigiadas a mais do que no mês de março deste ano. Além da capital, Porto Alegre, os municípios de Canoas, Gravataí, Caxias do Sul, São Leopoldo e Alvorada compõem a lista das cidades de maior monitoramento.

Para a SSP, a iniciativa vai além de um simples sistema de dados. “O programa salva vidas, pois amplia a capacidade de prevenção, possibilita respostas mais rápidas em situações de risco e contribui para interromper ciclos de violência antes que resultem em crimes mais graves”, comenta a secretária adjunta da SSP, Adriana da Costa. (segue na próxima página)

Feminicídio cai no Brasil, mas sobe no Rio Grande do Sul

Toda a preocupação se intensifica conforme os crimes aumentam. A nível nacional, no entanto, os números tiveram uma ligeira queda: são 741 feminicídios consumados até junho deste ano, 2,5% a menos do que no mesmo período do ano passado. Apesar da esperança em uma mudança de comportamento em território brasileiro a partir das estatísticas divulgadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em

conjunto ao Ministério das Mulheres, o Rio Grande do Sul vive um panorama oposto.

No Estado, os números divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública informam que até junho já eram 41 feminicídios, mais da metade do total de casos em todo 2025 e um crescimento de 13,8% no mesmo período. Na estatística, ainda são mencionadas as mais de 15 mil ameaças, mais de 1 mil estupros e quase 8,5 mil lesões corporais.

abc+
Confira mais notícias
locais e nacionais em
abcm.com